

FHC: prioridade é reduzir pobreza

Presidente diz que redução da concentração de renda é conceito enganoso

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que a diminuição da pobreza nos países em desenvolvimento é mais importante que a redução da concentração de renda, que, para ele, não passa de "uma coisa enganosa". "Isso (os dois conceitos) não é a mesma coisa. Há países que podem estar em um processo de maior concentração de renda e, ao mesmo tempo, estar diminuindo a pobreza", afirmou.

Neste caso, segundo o presidente, toda a sociedade ganha, alguns mais e outros menos. "Há também o revés: aqueles países onde há maior desconcentração de renda é aumento da pobreza. Ali, todos empobrecem", afirmou Fernando Henrique, para cerca de 400 pesquisadores estrangeiros, no Rio, durante a 3ª Conferência Anual da Rede de Desenvolvimento Global, órgão ligado ao Banco Mundial.

Fernando Henrique reconheceu que, nos últimos anos, houve no Brasil uma pequena distribuição de renda, mas a seu ver o País também registrou "forte" redução nos índices de pobreza. Em julho deste ano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostrou que o País melhorou no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando de 78ª para 74ª posição, mas não progrediu na distribuição de renda.

Em 1998, os 20% mais ricos ganhavam 25,5 vezes mais que os 20% mais pobres. O Brasil, neste item, só perde para Paraguai, Guatemala, República Centro-Africana, Jamaica e Serra Leoa.

Vitórias do Real

O presidente lembrou da estabilidade da moeda, obtida com instituição do Plano Real, em 1994, como uma vitória importante no combate à pobreza. Segundo ele, houve uma diminuição de 20 pontos percentuais do número de pobres abaixo da linha da pobreza. "A inflação é boa somente para os ricos e para o Governo. Quando se torna inflação, os primeiros a se beneficiarem são os mais pobres", afirmou. "O problema que o efeito desse benefício não é constante, não se repete, por isso faz-se necessária a aplicação de políticas específicas de combate à pobreza e distribuição da renda", afirmou.

Fernando Henrique disse que programas de transferência direta de renda adotados pelo seu Governo, como o Bolsa-Escola, têm servido para este fim. Somente neste ano, completou, o Bolsa-Escola distribuiu 5 milhões de bolsas para famílias carentes, atingindo cerca de 8 milhões de crianças. Em um universo de 36 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental da rede pública do País.

Todos os programas de transferência de renda do Governo, que incluem, além do Bolsa-Escola, incentivo ao fim do trabalho infantil e de apoio ao idoso, entre outros, já distribuíram anualmente, segundo o presidente, cerca de US\$ 10 bilhões, o equivalente à arrecadação do imposto de Renda Pessoa Física, num total de 4 milhões de contribuintes.

Economistas ouvidos ontem acreditam que o presidente está certo, em parte, ao separar os conceitos de distribuição de renda e diminuição da pobreza, mas pecha o dizer que essa linha de raciocínio possa ser aplicada à realidade brasileira.

É a raiz da pobreza brasileira é justamente a grande desigualdade de renda que existe em nosso País - acredita o economista Sônia Rocha, especialista em pobreza e funcionária aposentada do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Combate à miséria

O chefe do Centro Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri autor do "Mapa do Fim da Miséria", que mediu a quantidade de recursos necessários para acabar com a miséria no País, concorda com Sônia: "Na Índia, o problema é apenas crescer, crescer e crescer. Aqui, além da necessidade de crescimento, temos ainda que distribuir renda", disse.

Ambos, porém, lembraram que o Brasil experimentou um alto grau de crescimento econômico na década de 70, mas os benefícios não foram divididos por igual por toda a população. "Na verdade, é normal mostrar que a pobreza tem dois aspectos: o tamanho do bolo e a distribuição desse bolo", afirmou.

Citando Marx, o escritor russo Tolstói e estudiosos latino-americanos, o presidente pediu licença, em inglês, para discursar em português e ainda respondeu a quatro perguntas feitas pela platéia, a grande maioria de pesquisadores estrangeiros.

Fernando Henrique fez comentários filosóficos sobre o que chamou de "a morte da distância", referindo-se ao de-



Fernando Henrique: "A inflação só é boa para os ricos e o Governo. Quando se torna inflação, os primeiros a se beneficiar são os mais pobres"

FAST TRACK, COMO APROVADO, PODE INVIABILIZAR A ALCA

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que, se o texto do fast track for considerado integralmente, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não existirá. "O Congresso americano acabou de aprovar o fast track para a negociação da Alca, mas aprovou com condicionantes que, se forem levadas ao pé da letra, significa que não vai haver Alca", disse ele.

O fast track dá ao presidente americano autoridade para negociar acordos comerciais. Segundo Fernando Henrique, a negociação sobre a Alca é muito difícil e deve ser feita em um "da cá, toma lá". "Essa negociação não pode ser feita de uma só via", afirmou. "A Alca é uma proposta que será aceita ou não, dependendo do nosso interesse", disse FHC.

No entanto, FHC ponderou que o fast track ainda não foi enviado ao Senado e que o presidente George W. Bush deverá contar com uma certa margem de manobra. Ele disse ainda que, ao se fazer um acordo comercial, não se está negociando a soberania de um país. "Soberania não se pode negociar, é inegociável".

O fast track foi aprovado na quinta-feira pela Câmara dos EUA, ampliando os poderes do Executivo nas negociações comerciais.

Caso seja aprovado no Senado, o Legislativo não poderá modificar as decisões do Governo, podendo apenas aprovar ou vetar.

Entre outras determinações, o fast track estabelece cotas e aumenta o protecionismo em relação ao aplicar e aos produtos críticos.

Para FHC, as dificuldades enfrentadas pela Argentina são "passageiras". Segundo ele, a crise do país vizinho não vai afetar o Mercosul. Fernando Henrique citou que o bloco está negociando uma integração comercial com a União Europeia (UE) e que ainda negocia com os EUA outros acordos comerciais. Além disso, os quatro países que formam o bloco - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - também negociam acordos comerciais com os EUA.

O presidente Fernando Henrique Cardoso deverá focar a sua diplomacia nas relações com o Leste Europeu, no primeiro semestre do ano que vem. Logo após a visita à Rússia, programada para 14 e 15 de janeiro, ele vai à Ucrânia. Em fevereiro, depois de participar da reunião de cúpula sobre governança progressista em Estocolmo, na Suécia, o presidente deverá visitar a Polónia.

Segundo informou ontem o diretor do Departamento de Europa do Itamaraty, embaixador Marcelo Jardim, o Governo concentrou-se, nos primeiros anos da administração FHC, nas relações com a Europa Ocidental e Central. No último ano de mandato, as relações vão procurar estruturar, também, as relações políticas, econômicas e sobretudo comerciais com os países do Leste daquele continente.

envolvimento tecnológico dos países capitalistas. Ressaltou que a globalização não pode ser feita sobre a égide da homogeneização econômica do mercado, mas, sim, respeitando as diferenças culturais de cada País.

Não há dúvida que o processo de globalização envolve certa homogeneização das forças produtivas e essa tendência vem de longe e já vinha sendo detectada por vários autores do século 19, que identificaram no capitalismo um mecanismo de expansão e de difusão da geografia que levariam, em última análise, a uma mundialização, disse.

Basta ler as partes finais de "O Capital", de Marx, para verificar essa antecipação de que seria essa mundialização. Esta, ali, descrita de uma maneira brilhante, a anteviu de que haveria uma expansão avassaladora do modelo de produção capitalista - disse.

BIRD APÓIA CRÍTICAS DE FHC A FAST TRACK

O Banco Mundial (Bird) apóia a posição do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o problema que as condições impostas pela Câmara americana ao mandato fast track representa para as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Fiquei surpreso com as colocações do presidente Cardoso e concordo com elas", disse ontem o vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern.

O fast track, ou TPA (sigla em inglês para

autorização para promover o comércio), é um mecanismo que impede os legisladores americanos de emendar acordos comerciais fechados pelo Executivo, podendo tão somente aceitá-los ou rejeitá-los na íntegra. As condições acopladas pelos deputados na aprovação recente do TPA incluem restrições e condições que dificultam a negociação de temas que interessam ao Brasil, como agricultura e legislação antidumping.

Apesar do apoio a Fernando Henrique, Stern disse que o Banco Mundial está satisfeito com o TPA obtido pelo Governo Bush. "É melhor tê-lo do que não tê-lo", afirmou.

Falta esta ressalva, porém, Stern disse que as pressões de "grupos de interesse especial" muito poderosos dos países ricos estão "manifestadas" nas condições impostas pelos deputados ao fast track. Ele classificou como "inaceitável" que os países ricos digam aos países em desenvolvimento que estes devem tomar medidas radicais, quando os próprios ricos esquematizam de tomar medidas radicais nos seus próprios mercados domésticos em que há barreiras ao acesso.

A posição de Stern reflete a forte posição que o Bird vem tomando contra as barreiras protecionistas dos países ricos em relação às nações pobres, especialmente em agricultura - onde os países ricos dão subsídios anuais de US\$ 350 bilhões, segundo trabalho do Bird - e têxteis.

Presidente defende nova arquitetura financeira mundial

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ser necessário reformular a arquitetura do sistema financeiro internacional dentro do processo de globalização. Para FHC, esse sistema deve deixar os países menos sujeitos às crises financeiras, quando "os mais fracos levam sempre a pior", e também deve reduzir a volatilidade dos mercados financeiros.

Fernando Henrique pediu desculpas ao discursar em português para uma platéia de estrangeiros. Fez um discurso recheado de citações, que incluíram Tolstói, Marx e estudiosos latino-americanos. Fernando Henrique fez comentários filosóficos sobre o que chamou de "a morte da distância", referindo-se ao desenvolvimento tecnológico e à globalização. E foi mais enfático ao defender os interesses brasileiros no mundo globalizado, afirmando que não se pode entrar de maneira ingênua na discussão da abertura econômica. "Temas agrícolas e barreiras antidumping têm que fazer parte da agenda", afirmou.

Outro alvo do presidente foi o sistema financeiro internacional, que para ele tem que se tornar mais estável e imune às crises e turbulências. "Nenhum país está imune às ondas de dificuldades que se colocam em momentos de crise, mas os países em desenvolvimento sempre levam a pior e as agências de risco nos dão notas, perdendo às vezes as fronteiras entre a psicologia e a economia em momentos em que as expectativas pesam mais do que os fatos", comentou.

DIFERENÇAS. Ao defender a manutenção das diferenças culturais entre os países no mundo globalizado, FHC frisou que há alguns limites para essas diferenças, como, por exemplo, no campo econômico. "Há também limites para as diferenças. Em economia, na elaboração de um orçamento nacional, não há mágica. A aritmética é a mesma em todos os países. Se gastar mais do que se arrecada, haverá déficit e se houver déficit é preciso financiá-lo", disse.

O presidente também afirmou que os déficits são necessários em algumas circunstâncias. "Em certas condições, se produz um déficit para se salvar a economia, mas existem certas regras que limitam essa variabilidade", afirmou.

A incerteza gerada pelo terrorismo internacional deverá pesar positivamente nas negociações comerciais dos países em desenvolvimento junto aos países desenvolvidos, disse o presidente.

Ele defendeu a liberalização e a eliminação de distorções no comércio para os países em desenvolvimento com vantagens comparativas. "Isso não significa que se deve entrar de uma maneira ingênua nas negociações."